

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2013:**

---Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Anabela Solinho Martins, em substituição de Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vítor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como os Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
João Maria de Sousa Nunes da Silva,
Jaquelina Casado Afonso Areias,
Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Raquel Moraes Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

---Verificou-se a ausência do senhor Presidente da Junta de Gemeses, Eduardo Oliveira, que tinha previamente informado a mesa do seu atraso, tendo comparecido às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. -----

--- Foi proposto pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 50º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o reconhecimento da urgência e a inclusão de um assunto proposto pela Câmara Municipal na ordem do dia da presente sessão ordinária com o seguinte teor: -----

“Foi presente uma proposta da Câmara Municipal que aprovou, na reunião extraordinária realizada na presente data, o Plano de trabalhos e Cronograma Financeiro da Construção do Centro Escolar de Forjães e, nos termos do disposto na lei dos compromissos e pagamentos em atraso, solicita à Assembleia Municipal a necessária autorização prévia à assunção da despesa para o ano de 2014 relativa à empreitada de construção do Centro Escolar de Forjães ”

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a empresa J. da Silva Faria, Lda, tendo em conta as dificuldades verificadas na execução dos trabalhos e os sucessivos atrasos ocorridos, o que constituiu impedimento da mesma concluir a empreitada de construção do Centro Escolar de Forjães, solicitou a cessão da posição contratual à empresa Costeira – Engenharia e Construção, S.A.. O referido pedido foi autorizado por deliberação do executivo municipal, tomada em sua reunião de 4 de julho de 2013, tendo sido efetuado o respetivo contrato de cessão da posição contratual com a empresa Costeira – Engenharia e Construção, S.A., sendo que se mantiveram todos os pressupostos do inicial contrato de empreitada. De forma a cumprir a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, em que a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia, atendendo a que a despesa agora em apreço não se enquadra no parecer prévio genérico anteriormente aprovado pela Assembleia Municipal conforme definido no DL n.º 127/2012, de 21 de junho, terá este assunto que ser submetido à apreciação do órgão deliberativo do Município para emissão do referido parecer.

Mais informou que, como a empresa Costeira – Engenharia e Construção, S.A. só apresentou o plano de despesa para 2014 no início desta semana, houve necessidade de se realizar hoje uma reunião extraordinária do executivo municipal, para que o assunto fosse remetido à Assembleia Municipal ordinária ainda este ano. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, RECONHECER A URGÊNCIA DO ASSUNTO E INCLUÍ-LO NA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO. -----

Foi presente na mesa um ofício do CDS/PP comunicando a formalização da constituição do grupo municipal do CDS/PP para o presente mandato na Assembleia Municipal. Mais foi informado que o líder do grupo será o deputado municipal Artur Jorge da Silva Viana e o vice será o deputado municipal Alberto Francisco Amaro Ferreira-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01. - ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2013 E ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foram presentes as atas das sessões deste órgão, realizadas nos passados dias sete de outubro e vinte de novembro de 2013 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

Foi dispensada a leitura das atas. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2013. -----

Abstiveram-se os senhores Manuel Joaquim Marques Peres Filipe e Anabela Solinho Martins por, conforme declararam, não terem estado presentes. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013. -----

Abstiveram-se os senhores Beatriz Paula de Sá Lima de Matos e Manuel Fernando Lima de Meira Torres por, conforme declararam, não terem estado presentes. -----

01.02. - CORRESPONDÊNCIA DIVERSA - PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03. - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2013 - PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente em sessão o relatório de Informação sobre a situação Económica e Financeira do Município de Esposende enviado à Assembleia Municipal de Esposende pelo Auditor Externo. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.04. - INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. -----

Intervenção Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção se transcreve:

“Em primeiro lugar, e porque esta é a primeira reunião, onde o posso fazer, gostaria de saudar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Agostinho Silva, e, na sua pessoa, todos os Deputados eleitos para este Órgão. Também saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Esposende, e, na sua pessoa, todos os Vereadores que integram o Executivo Municipal.

No passado dia 29 de setembro os Esposendenses foram chamados a eleições e sufragar quatro anos de mandato e escolher, naturalmente uma equipa que gostariam de ter a conduzir os destinos deste concelho. É importante que se saliente o civismo com que decorreram as eleições, sem sobressaltos, pese embora um valor significativo, inferior ao nacional, de abstenções o que é, de certo modo compreensível dado o momento político nacional que atravessamos.

A população do concelho demonstrou claramente, com 56,49% correspondendo a uma esmagadora maioria absoluta, que era a equipa liderada pelo Arq.to Benjamim Pereira quem preferia a conduzir as políticas do concelho, dando, também, com esse voto, nota positiva às opções que há anos se tem tomado para o desenvolvimento do nosso concelho. Por esta razão fiquei estupefacto com a declaração de voto que o Senhor Vereador do Partido Socialista João Nunes fez aquando a aprovação dos documentos Previsionais para o ano de 2014. É certo que uma parte dessa mesma declaração se prende com as políticas nacionais – o que, a nosso ver pouco ou nada tem a ver com a matéria proposta à votação. Aceitamos, naturalmente que há falta de melhores argumentos se usem estes. Mas no momento em que se refere às políticas concelhias mais uma vez lembramos que o Senhor Vereador não consegue, em momentos importantes como é o caso, despir a sua roupagem de candidato derrotado, com menos 35% de votação, para, também, concordar que o que se fez e o que a Câmara prevê fazer está devidamente sancionado pela grande maioria dos esposendenses. Mas, deixemos este assunto para o momento específico da Agenda de Trabalhos.”

Continuando a sua intervenção,

“Estando este Executivo há menos de dois meses em actividade, não deixa de ser relevante a sua acção em diversas matérias que merecem o nosso comentário.

Congratulamo-nos, mais uma vez, por continuar a ser noticiada a liderança de Esposende no ranking das Câmaras com menor número de funcionários ou seja 4,5 por cada mil habitantes e que, mesmo assim, no estudo de “Avaliação de desempenho dos municípios portugueses”, realizado, em 2012, por Miguel Santos, investigador do Instituto Superior Técnico, o Município surge posicionado no 10º lugar no ranking de eficiência dos municípios portugueses;

Ficamos contentes porque o nosso Município já é reconhecido a nível nacional pelo excelente desempenho a nível do Sistema de Gestão da Qualidade, tendo mesmo sido convidado para apresentar a sua experiência, neste domínio, no 38.º Colóquio da Qualidade da Associação Portuguesa de Qualidade (APQ), que decorreu recentemente em Lisboa, sob o tema “A Qualidade para um Futuro Sustentável” a par de instituições de referência nacional como Universidade do Minho, o Instituto da Segurança Social, a Galp Energia, a Lipor ou a EFACEC;

Foi bom saber que, e no seguimento de acções postas em prática pelo nosso município na área

da qualidade, o nosso Presidente da Câmara foi, recentemente, o escolhido para assumir a direcção da Agência de Energia do Cávado. Estamos certos que desenvolverá um excelente trabalho no sentido de promover e gerir projectos de carácter intermunicipal que visem uma melhor eficácia a nível da procura de uma matriz energética dos municípios associados;

Continuando a sua intervenção,

“Mas Senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, Senhoras e senhores deputados, o concelho de Esposende viveu, recentemente (com incidência especial no dia 22 de Outubro), dias difíceis, de grande intempérie que provocaram danos significativos no nosso território concelhio. Forma momentos de grande aflição que obrigaram a que se accionassem os planos de protecção civil e, diga-se a verdade, a Câmara Municipal esteve logo desde as primeiras horas no terreno a ajudar as populações e repor a normalidade. Vimos imagens de verdadeira catástrofe com várias inundações, derrocadas de muros e abatimentos de estradas e caminhos, contabilizando em mais de um milhão de euros de prejuízo, público e privado, dificultando, naturalmente, as finanças municipais já que esta verba não está prevista no orçamento.”

Continuando a sua intervenção e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara,

“Sabendo que, de imediato, V. Ex.^a contactou o poder central no sentido de ser declarada a situação de calamidade pública e, dessa forma, acionando o Fundo de Emergência Municipal.

- *Perguntamos se já houve por parte da Secretaria de Estado da Administração Local alguma resposta à solicitação do Município de Esposende e se sim em que sentido, e, se foi dada alguma informação sobre a possibilidade dos particulares recorrerem a algum fundo especial.*

Decorrentes das cheias ocorridas, sabemos que uma das empresas atingidas foi a Solidal. E referimo-nos especialmente a esta porque, segundo a comunicação social, daí resultou um grande derrame de óleo que verteu para as ribeiras, chegando ao estuário do Cávado e, por conseguinte, a espaços da reserva natural do Parque Natural Litoral Norte.

- *Perguntamos ao Sr. Presidente da Câmara se já foi restabelecida a normalidade naquela unidade fabril, se foi controlado a mancha de óleo quer das ribeiras quer do estuário e se tem conhecimento se a empresa Solidal prevê tomar medidas para acautelar situações futuras.”*

Interveio seguidamente Luzia Miquelino, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

“As últimas eleições autárquicas no concelho de Esposende, mantiveram a tendência de atribuir ao Partido Social Democrata (PSD) uma maioria expressiva de mandatos para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal. Tal tendência, que teve resultados contrários noutros concelhos, representa, apenas, que os eleitores de Esposende acreditam que tal maioria contribuirá para o desenvolvimento e crescimento económico e social do município.

Respeitando o veredito popular, continuamos a defender o projeto que o Partido Socialista apresentou aos eleitores, acreditando assim que, mesmo sem responsabilidade executivas, contribuirá com as suas propostas para um enriquecimento do nosso concelho.

Mas, é importante, não tentar retirar às eleições um cunho nacional, onde o eleitor pode de forma indireta manifestar à maioria do governo PSD/CDS-PP que têm conduzido as famílias, as empresas e a economia a níveis de empobrecimento e de regressão económica e social a limiares dos quais a democracia portuguesa não tem memória, o seu desagrado pelas suas políticas, assistindo-se em alguns concelhos deste país a resultados bem diferentes do que aquele que aqui vivemos.

Ainda que possa parecer contraditório, o voto na atual maioria que governa os destinos municipais, não representa em pleno a satisfação pelas políticas nacionais, mas tão-somente que não se associou a esse coro de descontentamento generalizado.

O atual primeiro-ministro Passos Coelho, na sua corrida ao poder, apregoava aos sete ventos que a crise que Portugal atravessava tinha na política do então governo do Partido Socialista o seu principal responsável e não na conjuntura internacional adversa, que todos bem conhecemos. Volvidos mais de dois anos de governação, que nos têm conduzido ao abismo, manifesta que a situação de Portugal se deve, efetivamente, à tal conjuntura internacional, aos mercados, à política monetária, agências de rating, etc. Fácil está de concluir que um país como Portugal, com fragilidades estruturais em alguns casos insanáveis, está exposto às externalidades, neste caso negativas, da economia global e não somente desta ou daquela política com repercussões exclusivamente externas.

Portugal apresentará no final deste ano uma dívida pública que corresponderá a cerca de 127% do produto interno bruto (em 2011 este peso era 108%), juros de dívida pública no médio e longo prazo na casa dos 7%, um défice orçamental de 5,5%, uma taxa de desemprego na ordem dos 16%, consubstanciando indicadores miseráveis que têm subtraído rendimento aos trabalhadores (públicos e privados), aos reformados e aos pensionistas. Tais indicadores, que evidenciam mal-estar, não estiveram fora do sentido de voto da maioria dos portugueses, representando também um escrutínio à atuação do executivo de Passos Coelho e de Paulo Portas, do executivo PSD/CDS-PP, podemos afirmar que o mesmo foi fortemente repudiado pelo povo.

Sabemos hoje que os munícipes de Esposende na sua maioria repudiam também em continuar a pagar a água, saneamento e lixo mais caros do distrito de Braga. Não concordam em continuar a pagar o imposto municipal sobre imóveis (IMI) próximo do valor máximo previsto no respectivo código e não concordam ainda em não serem reembolsados da participação fixa que o município do imposto sobre pessoas singulares (IRS), entre outras medidas.

Democraticamente, respeitamos de forma integral a decisão dos munícipes que em consciência votaram e escolheram o partido que melhor julgam defender os seus interesses e que, potencialmente, contribuirá para a melhoria das condições de vida e de bem-estar dos esposendenses, de todos os esposendenses, mas continuaremos ao lados de todos quantos não concordam com as políticas que nos conduzem a este limiar da miséria.

Esperamos, pois, que esta Assembleia Municipal e o Executivo Municipal desempenhem este mandato tendo no seu espírito os superiores interesses da população de Esposende, concorrendo para o desenvolvimento económico e social da mesma.

Do grupo político municipal do Partido Socialista poderão contar com uma oposição forte, pugnando pelas políticas que na nossa perspetiva melhor se adequam ao referido desenvolvimento municipal, mas também poderão contar com o apoio institucional necessário

em torno de todas as políticas proativas em prole deste concelho que é de todos nós. Somos oposição, mas motiva-nos acima de todos os interesses pugnar pelas políticas que na nossa perspetiva melhor se adequam ao desenvolvimento do município de Esposende.

Esta a missão para que o povo de Esposende nos mandatou. Este é o nosso objetivo.”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção se transcreve:

“Começo esta minha intervenção embora não estivesse no alinhamento do meu texto, pensava fazê-lo mais à frente mas creio fazer sentido fazê-lo já, por saudar a eleição do senhor Presidente da Câmara para membro suplente do conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios, saúdo também a sua eleição para Presidente da Agência de Energia do Cávado.

Nesta primeira sessão ordinária do presente mandato, e porque neste órgão do município ainda não tive oportunidade de o fazer, saúdo todos aqueles que, nas últimas eleições autárquicas, mais uma vez, confiaram no PCP. Trata-se de uma confiança reforçada, porquanto ancorada num significativo aumento do número de votos, não só para esta Assembleia Municipal, como para os demais órgãos do poder local a que concorreremos no concelho de Esposende. Saudação que estendo a toda a população do nosso município.

Os resultados eleitorais do PCP nestas últimas eleições autárquicas, traduzem o reconhecimento do trabalho que temos desenvolvido, ao longo dos anos, aqui nesta Assembleia e fora dela. Um trabalho persistente, firme e coerente na defesa dos legítimos interesses das gentes de Esposende. Um trabalho de permanente ligação ao povo, ouvindo os seus problemas, os seus dilemas, as suas dificuldades, os seus anseios.

Trabalho que, com redobrada determinação, vamos prosseguir. Este será o nosso caminho, qual rota de intervenção e luta que, cada vez mais, é preciso prosseguir, num tempo em que o nosso concelho vive uma verdadeira situação dramática provocada pela torrente de políticas e medidas deste Governo PSD/CDS e dos seus comparsas dentro e fora do nosso país. Sim, em Esposende dezenas de trabalhadores partem para outras latitudes, cruzando a fronteira à procura de meios de subsistência. São inúmeros os trabalhadores que ficaram sem emprego nos últimos anos, situação que se agrava dia a dia, atingindo todas as faixas etárias da população ativa e, com particular incidência, a população jovem. Desemprego que não para de aumentar em resultado da destruição do tecido produtivo concelhio, do definhamento acelerado do comércio e destruição de serviços. Os caminhos, as ruas, os largos, as praças das nossas aldeias, vilas e desta cidade – Esposende – estão desertos, sem gente. Só o vazio, o silêncio triste, a solidão marcam os dias que passam.

Aumenta a exploração dos trabalhadores, prolifera o trabalho precário e sem direitos. Os trabalhadores são reduzidos à condição mínima e desumana de coisas descartáveis. Tem razão o Papa nas declarações ontem prestadas. Nalgumas grandes superfícies comerciais do nosso concelho, os trabalhadores são contratados à hora, ao dia, à peça, qual verdadeira praça de jorna que faz lembrar os tempos mais sinistros do fascismo. Trabalhadores permanentemente sujeitos a mecanismos requintados de chantagem, traduzida, quase sempre, na seguinte ameaça: “se não queres, se não te sujeitas, a porta está aberta, porque lá fora outros se amontoam em filas para ocupar o teu lugar”. Trata-se do regresso aos tempos sombrios da exploração feroz, muitas vezes com requintes de esclavagismo. A tudo isto somam-se os cortes nos rendimentos de quem trabalha, num concelho – Esposende – caracterizado pelos baixos salários, cortes nos apoios sociais, aprofundamento das desigualdades e da proliferação da miséria. De tudo, resultam vidas destruídas, famílias

desestruturadas, o desânimo, a violência, o fim das redes de convívio societário. Vivemos um tempo de retrocessos, um tempo de verdadeira neurose e depressão social. Esta é a vida que nos querem obrigar a viver para sempre.

E perante tudo isto, não há uma palavra da maioria que localmente nos governa, não se vê qualquer acção/medida de denúncia deste quadro de retrocesso que acabo de referir.

Ora, face ao “estado das coisas”, face ao declínio enunciado, reitero que manteremos a mesma postura de sempre. Continuaremos a ser a voz firme, coerente e combativa na defesa do nosso concelho e do seu povo, dos Esposendenses. Estaremos, sempre, empenhados em dar um “novo rosto ao futuro” de Esposende, contribuindo, com a nossa ação para o desenvolvimento e progresso desta terra encostada ao mar.

Nós, os comunistas, não nos conformamos com o estado de declínio e com o negrume que marca o quotidiano do nosso país e, claro, do nosso concelho.

Como sempre fizemos, continuaremos, aqui nesta Assembleia Municipal e lá fora, no nosso posto de luta e combate, uma luta redobrada e cada vez mais necessária, encontrando, conforme afirmou, no XIX Congressos do PCP, Carlos Almeida, atual vereador do PCP na Câmara Municipal de Braga, “forças nas dificuldades, tirando vantagens das adversidades e confiança das incertezas”. E, como diria o poeta Carlos Maria de Araújo, citado por Carlos Almeida na mencionada intervenção “É preciso que tragam a bandeira/É preciso que alguém vá até ao fim da noite/e desenterre a bandeira/Se já não tiver mãos/que rasgue a terra com os dentes/mas que traga a bandeira”.

Nós, comunista, “vamos até ao fim da noite, vamos até onde for preciso, mas vamos buscar a bandeira – a bandeira da democracia avançada, da liberdade, dos direitos para quem trabalha, da independência e da soberania nacionais, dos valores de Abril no futuro de Portugal”. A bandeira da valorização do poder local democrático, a bandeira do desenvolvimento e do progresso para Esposende.

E, inspirando-me no verso do saudoso e grande poeta Manuel António Pina (do que poderia ter sido restam ruínas) não queremos que amanhã se diga que, do que podia ter sido Esposende, restam ruínas.

O Povo de Esposende pode contar com o PCP!”

Continuando, apresentou três Moções que se transcrevem:

1-Solidariedade para com os trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo. -----

“Na passada quarta-feira foi divulgada a notícia da concretização do contrato de subconcessão, à empresa Martifer, dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Trata-se do culminar de um processo de destruição de uma das mais importantes indústrias do setor empresarial do Estado. Tal contrato contempla o despedimento de 609 trabalhadores, a totalidade dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Estamos, conforme preconiza a Comissão de Trabalhadores, perante um verdadeiro crime económico e social com contornos, segundo o edil de Viana do Castelo, de gestão danosa e, por isso, segundo o autarca, é um caso de polícia.

Sim, verdadeiro crime, porquanto, tal subconcessão abrirá as portas à destruição de uma indústria de base, de longa tradição em Portugal e com alto valor tecnológico incorporado, com trabalhadores altamente qualificados, uma empresa viável, com encomendas que garantem trabalho, pelo menos, para os próximos 20/25 anos. Podemos falar de um

verdadeiro flagelo, numa região já tão martirizada pelo desemprego, situação que irá criar uma maior pressão sobre os direitos dos trabalhadores e acrescentar maior exploração e precariedade às relações laborais, sempre em prejuízo dos trabalhadores e da economia nacional e regional.

E, não obstante a empresa em causa se localizar na vizinha cidade de Viana do Castelo, muitos dos seus trabalhadores são oriundos do nosso concelho. Vários Esposendenses trabalham nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Também por isto, quais verdadeiras ondas de choque, o impacto desta privatização e do despedimento de centenas de trabalhadores, far-se-á sentir por cá, pelas terras de Esposende.

Por isso, consciente das consequências gravosas, no plano pessoal e familiar para os trabalhadores e da dimensão do verdadeiro flagelo social que a mencionada subconcessão constituirá, a Assembleia Municipal, de Esposende, reunida em sessão ordinária, no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, no dia 29 de novembro de 2013, delibera:

- a) manifestar a sua solidariedade activa aos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;*
- b) condenar, de forma veemente, o anunciado despedimento coletivo de 609 trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;*
- c) pugnar pela viabilização e desenvolvimento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo enquanto empresa pública de interesse estratégico nacional, regional e local, solução mais viável e compatível com a defesa dos interesses da economia nacional e do tecido económico e social da região;*
- d) levar esta moção ao conhecimento da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, bem assim à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Viana do Castelo;*
- e) dar conhecimento desta moção ao Sr. Ministro da Defesa;*
- f) dar conhecimento desta moção aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;*
- g) divulgar esta moção junto da comunicação social e no portal do município de Esposende."*

2-Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2014. -----

"Considerando que o orçamento de Estado para 2014:

- a) Conjugado com a nova Lei das Finanças Locais dele indissociável, acentua ainda mais a redução da participação das autarquias nos recursos do Estado, redução esta brutal e absolutamente desproporcionada;*
- b) reforça as medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica, aprofundando o ataque à autonomia do Poder Local;*
- c) prossegue e aprofunda a degradação dos rendimentos, das condições de trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das autarquias no quadro do violento ataque continuado aos trabalhadores da função pública, ao serviço público e ao regime democrático tal como caracteriza a Constituição da República;*
- d) provoca estagnação e degrada as condições de desenvolvimento de actividades económicas, contribuindo para o empobrecimento do concelho de Esposende e para o empobrecimento da sua população;*
- e) visa limitar ou até negar direitos fundamentais como o acesso à saúde, à educação ou*

à protecção social;

- f) *se constitui como um factor de aumento da exploração dos trabalhadores, da redução dos rendimentos dos reformados e de empobrecimento das famílias e ruína das PMEs em beneficio e protecção dos interesses dos grupos económicos e capital financeiro.*

A Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária, no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, no dia 29 de novembro, delibera:

- 1. repudiar o esbulho dos recursos que o Estado deve colocar à disposição das autarquias;*
- 2. manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores das autarquias e, igualmente, para com todos os trabalhadores da administração pública, trabalhadores em geral, em especial para com os que perderam os seus empregos, reformados e pensionistas, cujas condições de vida e de trabalho se vêm progressivamente degradando e este Orçamento de Estado agrava;*
- 3. reclamar medidas e políticas que desagravem a asfixia a que vêm sendo condenadas as micro, pequenas e médias empresas e os pequenos agricultores e camponeses, possibilitem e estimulem o crescimento económico e o desenvolvimento em geral.”*

3- Em defesa das Freguesias. -----

“A coberto e a pretexto do Pacto do Memorando de Entendimento (que PS, PSD e CDS assinaram com o FMI e a União Europeia), o Governo tem em curso, na continuidade de orientações e opções adotadas ou tentadas em momentos anteriores, um salto qualitativo na ofensiva contra o poder local democrático.

Um ataque que significaria, se fosse levado até ao fim, uma completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do Poder Local, a liquidação do que ele representa enquanto conquista de Abril. Um ataque dirigido para asfixiar financeiramente o Poder Local impondo não apenas a redução dos serviços que as autarquias prestam às populações mas também uma forma indireta de roubar recursos e meios que lhes seriam devidos, como está patente no novo regime financeiro das autarquias locais e na proposta de OE para 2014.

Um projeto de liquidação da autonomia administrativa do Poder Local que dá a dimensão exacta do modelo que o Governo ambiciona impor assente na transformação das autarquias em meras dependências da administração central, desprovidas de meios e competências, à maneira do antigamente.

Um projeto de agressão do Poder Local que, afrontando a Constituição da República Portuguesa é, na sua essência, um programa de agressão ao País, às populações e às suas condições de vida, indissociável da liquidação de direitos e de serviços públicos essenciais que a política de direita vem prosseguindo, condenando ao declínio muitos concelhos e freguesias. O processo de liquidação das freguesias, ao qual se soma já o explícito objetivo de eliminação de municípios, é parte integrante desta ofensiva contra o Poder Local e desta agressão às populações. Empobrecimento democrático, destruição de emprego público, enfraquecimento da representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura – são estes os objetivos que o Governo prossegue, conduzindo ao aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica), ao abandono ainda maior das populações, ao acentuar da desertificação e à ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades.

A luta em defesa das freguesias, e a mobilização popular para devolver às populações as

Juntas de Freguesia e a sua identidade, deve continuar até que estas sejam respostas. Esta é uma luta que não pode parar e será também um contributo para derrotar este Governo e abrir caminho à construção de uma política alternativa capaz de dar solução aos problemas do País, devolver aos trabalhadores e ao povo rendimentos e direitos roubados, reafirmar o Poder Local com a sua dimensão democrática.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária, no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, no dia 29 de novembro de 2013, delibera:

- 1. manifestar aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República a sua profunda discordância com esta lei por destruir a identidade das diversas comunidades e prejudicar fortemente as populações e exigir que se adotem as medidas legislativas necessárias à devolução das freguesias ao povo;*
- 2. exortar a ANAFRE e as suas estruturas distritais, assim como as plataformas e movimentos em defesa das freguesias, ao prosseguimento do protesto contra a destruição das freguesias e a exigência da sua reposição;*
- 3. ainda, divulgar esta sua deliberação junto da população que representa, através dos órgãos de comunicação social, bem como no portal do Município de Esposende."*

De seguida interveio Paulo Marques, do Grupo Político do PSD, apresentando, inicialmente, dois Votos de Louvor, subscritos pela totalidade dos Grupos Políticos, e que se transcrevem:

1- Voto de Louvor ao piloto Paulo Gonçalves. -----

"Na área do desporto e concelho de Esposende tem sido notícia não só a nível nacional mas, também a nível mundial. São momentos que nos devem orgulhar e de certeza contribuem de forma positiva para a projeção internacional deste concelho.

Um dos desportistas que mais tem contribuído para a projeção de Esposende no mundo é, sem dúvida, o piloto de motos Paulo Gonçalves.

O récheado palmarés deste piloto esposendense inclui uma vintena de títulos de campeão nacional, distribuídos por três modalidades: Motocross, Supercross e Enduro. Tem sido um dos pilotos em destaque nas duríssimas provas do Dakar demonstrando várias vezes o seu comportamento solidário para com os outros companheiros de prova. Pela imprensa da especialidade por várias vezes tem sido considerado um dos melhores pilotos nacionais no mundo motorizado e, recentemente, entrou para a história deste desporto.

Paulo Gonçalves sagrou-se, ao vencer o Rali de Marrocos, Campeão do Mundo de Todo-o-terreno.

Assim, PROPOMOS ao abrigo da alínea b) do n.º 1, artigo 23º do Regimento desta Assembleia Municipal, seja aprovado um VOTO DE LOUVOR ao Piloto PAULO GONÇALVES e que esta deliberação seja dada a conhecer ao próprio e à Federação Portuguesa de Motociclismo."

2 - Voto de Louvor ao canoísta João Ribeiro. -----

"Os Clubes de canoagem deste concelho têm sido alfobre de atletas de grande gabarito e que têm levado bem longe o nome de Esposende.

Um destes atletas é, precisamente João Ribeiro, natural deste concelho, ex-atleta do Clube Náutico de Gemeses, onde se formou, e, actualmente, no Sport Lisboa e Benfica. A sua carreira tem sido brilhante e aqui recordamos a sua estreia na Seleção Nacional de

Canoagem, e, K4, em 2005, com a conquista da Medalha de Ouro no Festival da Juventude Europeia.

Recentemente João Ribeiro atingiu o patamar máximo da canoagem mundial ao sagrar-se, em Duisburgo – Alemanha, Campeão do Mundo de Canoagem em K2 500 metros, fazendo história na canoagem portuguesa com o primeiro título mundial e naturalmente a primeira Medalha de Ouro.

Assim, PROPOMOS ao abrigo da alínea b) do n.º 1, artigo 23º do Regimento desta Assembleia Municipal, seja aprovado um VOTO DE LOUVOR ao Canoísta João Ribeiro e que esta deliberação seja dada a conhecer ao próprio e à Federação Portuguesa de Canoagem.”

Intervio de seguida o senhor Presidente da União das Freguesias de Belinho e Mar, Manuel Eiras Martins de Abreu, apresentando um Voto de Pesar subscrito pela totalidade dos Grupos Políticos, e que se transcreve:

1-Voto de Pesar pelo trágico falecimento do jovem futebolista Carlos Alexandre Caseiro Marques.-----

“Apresentamos um voto de pesar pelo trágico falecimento do jovem futebolista Carlos Alexandre Caseiro Marques e que o mesmo seja comunicado à família.”

Foi dada palavra ao senhor presidente da câmara para responder às questões colocadas pelos senhores Membros Municipais.

O senhor Presidente da Câmara propôs ao senhor Presidente da Assembleia Municipal responder a todas as questões após a apreciação do assunto “Informação escrita do presidente da câmara municipal”, evitando assim a eventualidade de existência de alguma redundância em alguma das questões.

A proposta foi aceite pela mesa da Assembleia Municipal.

De seguida o senhor vereador João Nunes pediu ao presidente da Assembleia Municipal para usar da palavra, tendo este solicitado que o senhor vereador indicasse para que efeito a pretendia. Pelo senhor vereador foi dito que pretendia usar da palavra para defesa da honra tendo sido autorizado para o efeito pelo senhor presidente da Assembleia Municipal.

De seguida o senhor Vereador João Nunes no uso da palavra para defesa da honra, referiu que agradecia a intervenção do senhor deputado Municipal Dr. Penteado Neiva porque lhe deu a oportunidade de intervir e poder felicitar todos os Membros Municipais, tendo desejado a todos um bom trabalho nestes quatro anos que têm pela frente. Referiu que pediu para falar porque ficou chocado com o conceito que o senhor deputado Penteado Neiva tem da democracia, porque o facto de ter perdido as eleições com 35 % de diferença para o senhor Presidente da Câmara não diminui em nada os seus direitos e nem os seus deveres cívicos, bem como a sua posição no concelho de Esposende. Mais referiu que, tal como a Maria José dizia “Cantarei até que a voz me doa”, “eu falarei sempre até que a voz me doa”. Disse ainda que se sentia envergonhado pela intervenção do senhor deputado, pelo conceito que tem de democracia e, pelo facto de achar que, por ter perdido as eleições, deveria ficar calado. Mais disse “o senhor é que não vale nada e aqui em Esposende toda a gente o conhece. Está com todos os Presidentes

por interesses pessoais”.

De seguida o deputado municipal Albino Penteado Neiva pediu para usar da palavra no direito de resposta e depois de autorizado referiu que subiu à tribuna para constatar um facto, referindo que não disse nenhuma mentira, nem insultou ninguém, tal como agora foi insultado. Constatou que, de facto, o candidato do PS é derrotado porque teve menos 35%. É uma verdade, é um facto, é a realidade. A democracia funcionou e o senhor vereador não entende como funciona a democracia, e a única coisa que foi dita é que é importante que depois do ato eleitoral, haja um reconhecimento de que a população fez uma escolha e reconhecer que há aspetos positivos. Referiu que não disse para o senhor vereador ficar calado, mas simplesmente para quando argumentar alguma coisa, argumentar com algo que seja positivo. Mais disse que o que fez foi analisar as declarações de voto do senhor vereador, que têm a ver com políticas nacionais, afirmando que gostava muito de ver o senhor vereador a falar de políticas locais e concretas.

Depois das intervenções políticas foi pelo presidente da mesa referido que se passaria de seguida à votação das moções, dos votos de louvor e do voto de pesar.

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

1 - MOÇÃO EM DEFESA DAS FREGUESIAS. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra 18 membros municipais do Grupo Político do PSD e 2 do Grupo Político do CDS/PP, num total de 20. Votaram a favor 7 membros municipais do Grupo Político do PS e 1 do Grupo Político do PCP, num total de 8 e abstiveram-se os 2 membros municipais Independentes. -----

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal votou contra esta moção apresentada pela CDU pela razão de não entendermos, francamente, qual o seu objectivo. Todos sabem que esta Assembleia Municipal, a devido tempo, já se manifestou, por unanimidade, contra esta Reforma, e dessa posição, para além de ser tornada pública, foi dada a conhecer aos vários órgãos de soberania nomeadamente à Assembleia da República e ao próprio Governo. Porque achamos que se trata de mais um oportunismo político, votamos contra.”

A segunda pelo Grupo Político do CDS-PP, que se transcreve:

“Expresso que o Grupo do CDS/PP foi contra porque, apesar de concordarmos com o objetivo em concreto da moção, consideramos que o seu conteúdo está muito politizado.”

2 - MOÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014. ----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra 18 membros municipais do Grupo Político do PSD, 2 do Grupo Político do CDS/PP e 1 membro municipal Independente, Mário Boaventura, num total de 21. Abstiveram-se 7 membros municipais do Grupo Político do PS e 1 membro municipal Independente, Manuel António Ribeiro, num total de 8. Votou a favor o membro municipal do Grupo Político do PCP. -----

Foram proferidas três declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“Concordamos substancialmente com o teor da moção mas se fosse expurgada da carga ideológica.”

A segunda pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal votou contra esta moção apresentada pela CDU, pese embora achemos importante um Orçamento de Estado, julgamos haver órgãos próprios onde os nossos representantes, ouvidas também as nossas opiniões, debatem essas grandes opções para o País. A nossa política é local e é sobre o Orçamento Municipal que gostaríamos de concentrar as nossas atenções.”

E a terceira pelo Grupo político do CDS-PP:

“Relativamente a este assunto, reitero o que disse na moção anterior”

3 - MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE PARA COM OS TRABALHADORES DOS ESTALEIROS DE VIANA DO CASTELO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram 18 membros municipais do Grupo Político do PSD e 2 do Grupo Político do CDS/PP, num total de 20. Votaram a favor 7 membros municipais do Grupo Político do PS e o membro municipal do Grupo Político do PCP, num total de 8. Abstiveram-se 2 membros municipais Independentes. -----

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal votou contra esta moção apresentada pela CDU, não porque entenda que não é importante e oportuno este debate sobre a concessão a privados dos estaleiros navais de Viana do Castelo; não porque não compreendamos as questões sociais que poderão estar inerentes a uma decisão desta natureza, mas, sobretudo, porque tivemos oportunidade de ouvir e ler as diferentes posições, e não só aquela que tem um cunho meramente político/partidário, porque achamos que a CDU, nesta Assembleia Municipal, procura, acima de tudo fazer pura demagogia política, porque há, sempre, quem goste e teime resolver as situações difíceis através de meras manobras político-partidárias. O nosso voto contra não é falta de solidariedade e antes um voto contra a demagogia política.”

E a segunda pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“Votamos a favor porque não devem ser descurados os impactos e as externalidades negativas

que esta medida governamental terá no plano local e regional e por não terem sido formalmente acautelados os atuais postos de trabalho.”

4 - VOTO DE LOUVOR AO PILOTO PAULO GONÇALVES. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR AO PILOTO PAULO GONÇALVES. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL AO PRÓPRIO E À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTOCICLISMO. -----

5 - VOTO DE LOUVOR AO CANOÍSTA JOÃO RIBEIRO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR AO CANOÍSTA JOÃO RIBEIRO. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL AO PRÓPRIO E À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM. -----

6 - VOTO DE PESAR PELO TRÁGICO FALECIMENTO DO JOVEM FUTEBOLISTA CARLOS ALEXANDRE CASEIRO MARQUES. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO TRÁGICO FALECIMENTO DO JOVEM FUTEBOLISTA CARLOS ALEXANDRE CASEIRO MARQUES. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

01.05. - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que se encontrava disponível para esclarecer sobre eventuais assuntos que possam ser colocados em complemento à sua informação escrita.

O presidente da Assembleia Municipal perguntou aos senhores deputados municipais e aos senhores presidentes de junta de Freguesia se pretendiam questionar o senhor Presidente da Câmara, sobre o conteúdo da informação escrita.

Usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, referindo-se ao ponto 11 da informação escrita do senhor Presidente, onde é referido que a Biblioteca Municipal de Esposende recebeu o Escritor Nuno Camarneiro, e sendo que é um frequentador assíduo dos eventos promovidos pela Biblioteca Municipal lamenta que em iniciativas de qualidade, em que há um grande esforço, dedicação e empenho da diretora da Biblioteca Municipal, haja tão pouco público a assistir. Questionou o senhor Presidente sobre se este facto não preocupa a câmara e se não deveria a mesma ser mais ousada. Mais referiu que participa neste tipo de eventos não só aqui em Esposende mas também noutros municípios, tais como Viana do Castelo e Póvoa do Varzim e, geralmente, as salas estão repletas de gente. A câmara deve refletir sobre esta matéria, tendo questionado o senhor Presidente sobre se a câmara tem alguma reflexão sobre este assunto.

Continuando no uso da palavra e a propósito do temporal que se abateu no concelho de Esposende, sendo certo que foi um grande temporal e com consequências por todos conhecidas, mas também não podemos meter a cabeça na areia como a avestruz e esquecer tudo, é preciso lembrar que temos um histórico muito mau no que concerne a construções neste concelho. Sabemos que houve empreiteiros neste concelho que romperam linhas de água, na zona da Rua Vasco da Gama, havia em tempos um riacho, aquele curso de água foi completamente interrompido pela edificação de vários prédios. Importa questionar a Câmara e o Presidente da Câmara o que sabe sobre o estado das coisas, o que sabe sobre tudo isto?

De seguida referiu-se ao derrame de óleo vazado no rio Cávado. Referiu que a única força política do concelho a chamar atenção para o problema foi o PCP, aqui, localmente, na comunicação social e na Assembleia da República.

Mencionou ao senhor Presidente, embora não estando a pôr em causa a importância económica da Solidal enquanto entidade empregadora que tem de ser respeitada e acarinhada, que a empresa tem exigências a cumprir. De seguida, questionou o senhor Presidente sobre se sabe, enquanto Edil, qual o plano de contingência da Solidal para estas situações, atendendo à sua proximidade do Rio Cávado e à natureza da empresa.

Por último, e ainda relativamente a ribeiros e cursos de água, referiu que existe uma situação conhecida em Fão, na Rua das Pedreiras e na confluência com o cruzamento em Fonte Boa, na Rua Serpa Pinto com a Rua das Pedreiras, acumula-se muita água, originando inúmeros acidentes, tendo questionado o senhor Presidente se tem resposta para esta situação, se sabe o que se passa naquela rua, e quais as medidas para solucionar o problema.

De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Apúlia e Fão, Luís Peixoto, referindo que falar depois dos acontecimentos é fácil, no entanto há diversas situações que já se adivinhavam, sendo a da rua Serpa Pinto uma delas. O que pede à Câmara Municipal, não é que adivinhe o que vai acontecer, mas que preveja as situações. Referiu ainda que desta vez não foi avisado pela Proteção Civil, enquanto presidente de junta, antigamente era avisado e desta vez não foi. Outra questão que referiu relaciona-se com as várias pessoas que esperam ansiosamente por uma resposta, sem saber se vão, ou não, ser ressarcidas pelos prejuízos que tiveram. Referiu que está consciente que a intempérie aconteceu há pouco tempo e ainda se fazem contas aos prejuízos, mas alertou para a resposta célere que deve ser dada às pessoas.

De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, elogiando a informação escrita do senhor Presidente, felicitando o seu conteúdo que, embora não transcreva na totalidade todo o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, dá a conhecer uma informação muito detalhada do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal em prol dos munícipes do concelho.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciando a sua intervenção com um apelo a todos os Deputados e a todos os presentes, dizendo que nos mandatos anteriores, em que esteve presente na Assembleia Municipal, na qualidade de presidente de Junta de Freguesia e posteriormente na qualidade de Vice-Presidente, sempre reinou um espírito de bom senso, de respeito entre todos os intervenientes, entendendo que os munícipes que elegeram aquele órgão autárquico esperam comportamentos dignos e corretos, não devendo transparecer para o exterior faltas de respeito entre os deputados. Apelou a que, a partir de agora, não se

repetam alguns episódios como os que se passaram hoje, que em nada dignificam o papel dos políticos no seu todo.

Entrando nas questões mais concretas e respondendo ao deputado municipal Penteado Neiva que o interpelou no sentido de saber se já havia resposta ao pedido que o município fez para apoio à intempérie do dia 22 de outubro, referiu que se tratou de uma situação completamente anormal. Já tinha havido muitas cheias, enxurradas, mas efetivamente este caso foi de um carácter distinto, assistiu-se a algumas estruturas com décadas a serem destruídas um pouco por todo o concelho de Esposende e também por Barcelos e Vila Verde, etc..

Mais referiu que houve efetivamente alertas, embora não tenham sido por parte do município, mas também referiu que não tem que ser o município a fazer esse papel, até porque a câmara municipal tem apenas um elemento no serviço de segurança de proteção civil. Referiu ainda que as pessoas têm que estar alerta ou atentas aos alertas da proteção civil veiculados pelos órgãos de comunicação social, sendo que é muito complicado para a câmara municipal assumir o compromisso de se responsabilizar por dar os alertas quando apenas tem uma pessoa afeta ao serviço. Referiu que foi uma noite extraordinária comparando com o que tem acontecido anteriormente, tendo lembrado que houve cheias no mandato anterior, que não tiveram estas dimensões. Houve estragos um pouco por todo lado, foi feito um relatório por parte do serviço de proteção civil, no sentido de avaliar os estragos, com a colaboração dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e outras pessoas que ajudaram a concretizar este documento, em que se conseguiu avaliar o impacto do ponto de vista financeiro em todo o município.

Continuando, informou que o documento foi dividido relativamente aos estragos dos privados e aos estragos no domínio público, tendo referido que os estragos verificados nos bens privados preocupam a câmara, nomeadamente a questão da Solidal, em que os prejuízos rondam os 5 milhões de euros, quer pelas máquinas que se danificaram, quer pelo tempo que esteve parada, mais de três semanas sem laboração de 24 horas sob 24 horas. Respondendo ao senhor Presidente de Junta da União das freguesias de Apúlia e Fão, disse que o município não tem forma de ressarcir os privados, uma vez que legalmente não é permitido, no entanto quando o pedido foi efetuado questionou o Senhor Secretário de Estado se havia algum mecanismo que a Câmara Municipal pudesse acionar para atender aos problemas dos privados, porque é uma situação com a qual a autarquia se preocupa. Mais informou que até hoje ainda não houve resposta por parte da Secretaria de Estado.

Continuando, referiu que a câmara pediu o estado de calamidade, tendo sido informada que, mesmo não sendo declarado, seria possível aceder ao fundo de emergência municipal. Trata-se de processos complexos, uma vez que tem de ser a própria Associação Nacional da Proteção Civil a fazer uma avaliação da situação.

O senhor Presidente informou que a Câmara Municipal não ficou parada desde esse dia. Foram iniciados procedimentos no âmbito da contratação pública, sendo estes processos bastante complexos. Há problemas um pouco por todo o concelho, que estão a ser resolvidos com o apoio das juntas de freguesia, que têm colaborado imenso com o município. Todo este processo teve grande impacto no orçamento da câmara, visto tratar-se de uma despesa de setecentos mil euros, o que condicionou o orçamento para 2014.

Contrariamente ao que foi dito, havia 70 pessoas na rua apoiadas por 20 viaturas. Durante essa noite os bombeiros fizeram um trabalho excelente, deixando um voto de louvor a todos eles. A GNR andou no terreno, a Esposende Ambiente e os serviços da Câmara Municipal.

Relativamente ao problema ambiental ocorrido na Solidal, não é verdade que o PCP tenha sido a única força política a ter essa preocupação, porque a atenção de toda a gente relativamente a

este assunto foi imediata. O serviço municipal de proteção civil no mesmo dia estava atento à situação, aliás não podia ter sido de outra maneira, atendendo a que a unidade fabril parou. A ARH Norte, o Parque Natural, foram quase imediatamente avisados, acompanharam a situação desde a primeira hora.

Existe um problema ambiental para resolver e está a ser resolvido, a empresa teve um comportamento exemplar, é preciso referir que o problema ambiental não foi fruto de um ato negligente ou propositado.

Os serviços, em colaboração com a empresa, atuaram de imediato, tendo sido acionado o seguro da empresa, e a preocupação maior foi resolver o problema ambiental.

O Município em colaboração com a Esposende Ambiente, disponibilizou-se para resolver o problema e em concordância com a empresa, melhorar e alargar a linha de água para renaturalizar as suas margens. Existe um projeto aprovado, com parecer favorável a esta intervenção e portanto, o problema está sanado.

Relativamente à senhora deputada municipal Luzia Miquelino, no meio de tudo o que disse, o senhor Presidente referiu que tem de esclarecer e repor a verdade relativamente a um ponto da sua intervenção. Não é verdade que o município de Esposende tenha uma taxa de IMI próxima do máximo. Esposende tem das taxas de IMI mais baixas dos Municípios do litoral, estando com uma taxa de 0,34%, quando o mínimo é 0,3% e o máximo 0,5%, estando bem longe do máximo. Mesmo nos prédios que não foram avaliados pelo novo código do IMI a taxa é de 0.7% quando o máximo é de 0.8%.

Continuando a sua intervenção, e respondendo ao senhor deputado municipal Manuel Carvoeiro, o senhor Presidente agradeceu as suas palavras relativamente aos cargos que acabou de assumir e dizer que o fez na convicção de que podem ser importantes para o Município de Esposende, essencialmente para a região e o distrito de Braga, pois têm dimensão regional.

Relativamente à questão colocada referente à falta de público nas iniciativas da biblioteca é um facto, referindo que tem sido feito um grande esforço para ter gente a assistir, mas é preciso criar públicos, hábitos nos públicos. A Câmara Municipal tem trazido gente de gabarito, a biblioteca tem tido sessões bastante participadas e muito interessantes, mas há que passar isto para um programa mais ligado à juventude e às escolas. Relativamente às construções e aos erros acumulados do passado, não há dúvidas sobre isso, mas esses erros têm 40, 50, 60 anos, em termos urbanísticos temos um município de excelência. Quanto às questões das linhas de água todos sabem que há um conjunto de problemas, mas não decorrem de construções atuais e muito menos nos períodos em que o atual executivo está no Município. O encerramento da linha de água por baixo da rua Vasco da Gama tem décadas, pelo menos 30 anos, não se pode atribuir essa responsabilidade ao Município e confundir as pessoas, uma coisa é o que foi feito anteriormente, pois o que tem sido feito nos últimos anos tem sido de forma ordenada, obedecendo a planos. Há problemas graves nas águas pluviais mas também já foram resolvidas muitas situações. Existe um levantamento da rede hídrica do concelho, efetuado pela Esposende Ambiente no mandato anterior. Anexado a este levantamento existe um conjunto de ações a executar alicerçadas numa base financeira.

O problema da rua Vasco da Gama é grave no entanto a curto prazo não há forma de intervir. Quanto à rua das Pedreiras o senhor Presidente informou que não tinha conhecimento da situação e se existem ou não soluções, tendo referido que foi alertado para o problema pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, tendo referido ainda que foi entregue um abaixo-assinado dos moradores na Câmara Municipal, tendo já sido reportado o problema à Esposende Ambiente que detém todas as

competências na área, tendo deixado o seu compromisso na resolução do problema.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 83º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -

Com vista à eleição dos membros da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado, nos termos do artigo 83.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que se fará por eleição nominal através de apresentação de listas.

Foi solicitada a suspensão dos trabalhos por 5 minutos pelo deputado municipal Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD.

Foi apresentada a votação uma proposta de lista conjunta, cuja composição é a seguinte:

Representantes efetivos: Manuel Albino Penteado Neiva, António da Silva Garrido, Maria Alexandra Campos Esteves Faria Pilar e João Eduardo Pinto Felgueiras.

Representantes suplentes: Artur Jorge da Silva Viana, Vítor Manuel Queirós Quintão e Beatriz Paula de Sá Lima de Matos.

O assunto foi colocado a votação nominal, tendo votado este assunto apenas os membros da assembleia municipal eleitos diretamente.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA CONJUNTA APRESENTADA E NOMEAR COMO EFETIVOS OS MEMBROS MUNICIPAIS MANUEL ALBINO PENTEADO NEIVA, ANTÓNIO DA SILVA GARRIDO, MARIA ALEXANDRA CAMPOS ESTEVES FARIA VILAR E JOÃO EDUARDO PINTO FELGUEIRAS, E COMO SUPLENTE OS MEMBROS MUNICIPAIS ARTUR JORGE DA SILVA VIANA, VÍTOR MANUEL QUEIRÓS QUINTÃO E BEATRIZ PAULA DE SÁ LIMA DE MATOS COMO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO. -----

Votaram a favor os membros do Grupo Político PSD, PS e CDS, num total de 20 votos. Absteve-se o membro do Grupo Político do PCP. -----

02.02. - ELEIÇÃO DE CINCO PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 5º DA LEI 33/98, DE 18 DE JULHO, E DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA. -----

Com vista à eleição de cinco Presidentes de Junta de Freguesia para integrarem o Conselho Municipal de Segurança de Esposende, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 5º da Lei 33/98, de 18 de julho, e da alínea e) do n.º 1 do artigo 5º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que se fará por eleição nominal, através de apresentação de listas:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi proposto que na eleição dos representantes das Juntas de Freguesia também fosse feita a eleição da lista dos cidadãos que integram o Conselho Municipal de Segurança.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVOU A PROPOSTA POR UNANIMIDADE.

Foi apresentada uma só lista cuja composição é a seguinte:

Representantes das Juntas de Freguesia:

Carlos Veiga Escrivães - Presidente da Junta da União das Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, Jorge Manuel Neto Filipe - Presidente da Junta da União das Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos, Manuel Eiras Martins de Abreu - Presidente da Junta da União das Freguesias de Belinho e Mar, Mário Pires de Boaventura – Presidente da Junta de Vila Chã e Luís António Sequeira Peixoto - Presidente da Junta da União das Freguesias de Apúlia e Fão.

Lista de Cidadãos:

Armando Luís Lopes Martins, Emílio Moreira Dias, José Carlos Lopes da Costa Faria, Helena, Maria Carvalho de Abreu, José Salvador Torres Pereira Ribeiro, João Eduardo Pinto Felgueiras, Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, Artur Jorge da Silva Viana; Eduardo Oliveira Maia e Manuel Fernando Lima de Meira Torres.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi proposto que a votação do presente assunto seja por votação nominal.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVOU A PROPOSTA POR UNANIMIDADE.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA. -----

02.03 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. -----

Com vista à eleição do representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 4 do Regimento do Conselho Municipal de Educação, que se fará por escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do senhor Presidente da Junta de Gemeses, Eduardo Oliveira Maia e segunda proposta apresentada pelo Grupo Político PSD, designada pela proposta “B” de acordo com a qual se pretende a nomeação do senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra, Aurélio Mariz Neiva.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO APROVAR POR MAIORIA DOS PRESENTES, A PROPOSTA “B” APRESENTADA PELO

GRUPO POLÍTICO DO PSD E DESIGNAR O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANGRA, AURÉLIO MARIZ NEIVA COMO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. -----

Votaram na proposta "A" apresentada pelo Grupo Político do PS, 7 membros municipais, votaram na proposta "B" apresentada pelo Grupo Político do PSD 19 membros municipais, votaram em branco 3 membros municipais e absteve-se 1 membro municipal. -----

02.04. - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000, EM - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de outubro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal designe, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Fiscal Único da Esposende 2000, EM. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM – SOCIEDADE UNIPessoal, LDA. A SOCIEDADE PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, REPRESENTADA POR JOSÉ CARLOS NOGUEIRA FARIA E MATOS (ROC N.º 1034) TENDO COMO SUPLENTE CARLOS DE JESUS PINTO DE CARVALHO (ROC N.º 622). -----

Votaram a favor 19 membros municipais do Grupo Político PSD, 2 do Grupo Político do CDS-PP e 1 membro municipal Independente, num total de 22. Abstiveram-se 7 membros municipais do Grupo Político do PS e 1 do Grupo Político do PCP, num total de 8. -----

Foi proferida uma declaração de voto pelo Grupo Político do PCP, que se transcreve:

"Tenho algumas dúvidas sobre este assunto porque a continuidade não é justificação, porque quem entra numa empresa e se não se portar mal, é claro que conhecerá bem a empresa."

02.05. - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE AMBIENTE, EM - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de outubro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal designe, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Fiscal Único da Esposende Ambiente, EM. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM – SOCIEDADE UNIPessoal, LDA. A SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIROS E MÁRIO GUIMARÃES, SROC. -----

Votaram a favor 19 membros municipais do Grupo Político PSD, 2 do Grupo Político do CDS-PP e 1 membro municipal Independente, num total de 22. Abstiveram-se 7 membros municipais do Grupo Político do PS e 1 do Grupo Político do PCP, num total de 8. -----

Foi proferida uma declaração de voto pelo Grupo Político do PCP, que se transcreve:

“Tenho algumas dúvidas sobre este assunto porque a continuidade não é justificação, porque quem entra numa empresa e se não se portar mal, é claro que conhecerá bem a empresa.”

02.06. – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES CÁVADO III – BARCELOS ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 31º DO DL 28/2008, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DL 253/2012, DE 27 DE NOVEMBRO.

Com vista à eleição do representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade de ACES Cávado III, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31º do DL 28/2008, alterado e republicado pelo DL 253/2012, de 27 de novembro, que se fará por escrutínio secreto, através de apresentação de listas: -----

Foram apresentadas três propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PCP, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do membro municipal, Dr. Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, a segunda proposta apresentada pelo Grupo Político PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do membro municipal, Dr. Manuel Joaquim Marques Peres e Filipe e a terceira proposta apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta “C”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do membro municipal Dr. Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, APROVAR POR MAIORIA, A PROPOSTA “B” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PSD E DESIGNAR O DEPUTADO MUNICIPAL MANUEL JOAQUIM MARQUES PERES FILIPE COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES CÁVADO III – BARCELOS/ESPOSENDE. -----

Votou na proposta “A” apresentada pelo Grupo Político do PCP 1 membro municipal, votaram na proposta “B” apresentada pelo Grupo Político do PSD 19 membros municipais, votaram na proposta “C” apresentada pelo Grupo Político do PS 7 membros municipais e votaram em branco 3 membros municipais. -----

02.07 – ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ARTIGO 157º DO DL 202/2004, DE 18 DE AGOSTO, REPUBLICADO PELO DL 2/2011, DE 6 DE JANEIRO. -----

Com vista à eleição de autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal de Esposende, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157º do dl 202/2004, de 18 de agosto, republicado pelo DL 2/2011, de 6 de janeiro, que se fará por escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta "A", de acordo com a qual se pretende a nomeação do autarca Manuel Alberto Moreira Melo e segunda proposta apresentada pelo Grupo Político PSD, designada pela proposta "B", de acordo com a qual se pretende a nomeação do senhor Presidente da Junta de Antas, António Viana da Cruz. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA "B" APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PSD E DESIGNAR O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIAS DE ANTAS, ANTÓNIO VIANA DA CRUZ COMO AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL. -----

Votaram na proposta "A" apresentada pelo Grupo Político do PS, 8 membros municipais, votaram na proposta "B" apresentada pelo Grupo Político do PSD 19 membros municipais e votaram em branco 3 membros municipais. -----

02.08. - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO N.º 1 E DO N.º 8 DO ARTIGO 75º - A E DO N.º 7 DO ARTIGO 96º DO DL 380/99, DE 22 DE DEZEMBRO, E DO ARTIGO 7º DA PORTARIA N.º 1474/2007, DE 16 DE NOVEMBRO. -----

Com vista à eleição do representante da assembleia municipal na Comissão de acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Esposende, nos termos do n.º 1 e do n.º 8 do artigo 75º - A e do n.º 7 do artigo 96º do DL 380/99, de 22 de dezembro, e do artigo 7º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro, que se fará por escrutínio secreto, através de apresentação de listas: -----

Foram apresentadas três propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PCP, designada pela proposta "A", de acordo com a qual se pretende a nomeação do membro municipal, Dr. Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, a segunda proposta apresentada pelo Grupo Político PSD, proposta "B", de acordo com a qual se pretende a nomeação do membro municipal, Dr. António da Silva Garrido e a terceira proposta apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta "C", de acordo com a qual se pretende a nomeação do membro municipal, Dr. João Eduardo Pinto Felgueiras. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA "B" APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PSD E DESIGNAR O MEMBRO MUNICIPAL ANTÓNIO DA SILVA GARRIDO COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ESPOSENDE. -----

Votou na proposta "A" apresentada pelo Grupo político do PCP, 1 membro municipal, votaram na proposta "B" apresentada pelo Grupo Político do PSD, 20 membros municipais, votaram na proposta "C" apresentada pelo Grupo Político do PS, 7 membros municipais e votaram em branco 2 membros municipais. -----

02.09. – CONTRATO - PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000, EM – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de novembro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato - Programa entre o Município de Esposende e a Esposende, 2000, EM para o desenvolvimento dos projetos/valências sociais para 2014. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que todos os presentes tiveram acesso ao documento, e que em linhas gerais o valor é semelhante ao do ano transato. O contrato programa permite que exista uma agilização nos procedimentos com a Esposende 2000, e que, contrariamente ao que se diz em relação às empresas municipais e aos conselhos de administração, temos apenas no conselho de administração uma pessoa remunerada. Os outros dois administradores são vereadores e não recebem qualquer tipo de acréscimo salarial. A importância da celebração deste contrato programa, prende-se com o facto de poder agilizar procedimentos e gerir recursos humanos de forma sazonal. Há consciência que temos a de pagar o valor do IVA mas acreditamos que os ganhos de eficácia e eficiência superam claramente essa questão. Este contrato decorre da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e obedece a todos os requisitos legais.

Usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP referindo que atendendo a que nunca os serviços da câmara municipal geriram as piscinas municipais, não é possível saber por isso se essa eficiência e eficácia também seria possível se os mesmos fossem geridos pelos serviços camarários, e assim, não existia o encargo do IVA.

De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que temos exemplos de insucesso de outros municípios, e não queremos correr os mesmos riscos, é importante aprender com os erros dos outros e não cometer os mesmos erros.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -- Votaram a favor 19 membros do Grupo Político PSD, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP e 1 membro Independente, num total de 22. Votaram contra 7 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político da CDU, num total de 8. -----

Foram proferidas três declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“Sendo coerentes com o definido na nossa campanha eleitoral para as autárquicas, somos a favor da extinção das empresas municipais.

Tal extinção permitiria:

1 – ganhos ao nível da eficiência organizacional: por via da otimização de recursos, ou seja com menores recursos manter (ou incrementar) os níveis de produtividade, de resultados e de rendibilidade, através de poupanças nas remunerações, abonos e ajudas de custo pagas aos

membros dos órgãos de gestão e do pessoal dirigente.

2 – ganhos ao nível da fiscalidade: por via da poupança designadamente ao nível do IVA acrescido aos subsídios à exploração atribuídos”

A segunda, pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal votou favoravelmente esta proposta porque é nossa convicção, ao contrário do que a oposição teima em afirmar, a Esposende 2000, Empresa Municipal, tem sido inexcelável na realização de inúmeras actividades que têm em vista, sobretudo, o bem-estar da população concelhia. Aliás todos sabem, muito bem, que isso é verdade, que a Esposende 2000 é de grande utilidade para o concelho, ajuda a Câmara na prossecução de objectivos claros, transparentes e dinamizadores das gentes deste concelho.”

A declaração de voto apresentada por Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP tem o seguinte teor:

Não consegue ver um rigor na afirmação de que a Esposende 2000 permite resultados mais eficazes, uma vez que a Câmara Municipal nunca administrou o equipamento, pelo que nunca saberá se seria mais bem gerido.

02.10. - CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de novembro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que esta é uma situação semelhante à anterior, esta relação já existe há muitos anos, sendo que hoje é feita por contratos programas. Não há aumentos em relação ao ano anterior com um IVA de 6%. Continua a acreditar no modelo das empresas municipais e, após verificar o encerramento de várias empresas municipais devido ao forte aperto por imposição legal, verificamos que as duas empresas municipais existentes em Esposende mantiveram-se em funcionamento, o que quer, sem sombra de dúvida, dizer qualquer coisa.

A especialização dos serviços é fundamental, a Esposende Ambiente recebeu ontem o selo de excelência da qualidade da água, é das poucas empresas em Portugal a poder utilizá-lo. Atendendo ao serviço de excelência e não existem dúvidas de que o serviço é bem prestado, é um modelo que pretendemos continuar, pela agilização de vários procedimentos.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO

CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -----
Votaram a favor 19 membros do Grupo Político PSD, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP e 1 membro Independente, num total de 22. Votaram contra 7 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político da CDU, num total de 8. -----

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal votou favoravelmente a proposta que nos é apresentada porque acreditamos, no excelente desempenho da Esposende Ambiente, prestando ao concelho e aos munícipes de Esposende um serviço de qualidade. Não podemos aceitar as críticas fáceis elaboradas por alguns partidos da oposição que, em vez de reconhecerem os bons serviços prestados por esta empresa, preferem fazer uma perseguição constante à sua acção mesmo sem argumentos e sem que a população se reveja nessas mesmas críticas.”

A segunda, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“Sendo coerentes com o definido na nossa campanha eleitoral para as autárquicas, somos a favor da extinção das empresas municipais.

Tal extinção permitiria:

1 – ganhos ao nível da eficiência organizacional: por via da otimização de recursos, ou seja com menores recursos manter (ou incrementar) os níveis de produtividade, de resultados e de rentabilidade, através de poupanças nas remunerações, abonos e ajudas de custo pagas aos membros dos órgãos de gestão e do pessoal dirigente.

2 – ganhos ao nível da fiscalidade: por via da poupança designadamente ao nível do IVA acrescido aos subsídios à exploração atribuídos”

02.11 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de novembro de 2013, foram presentes na sessão as propostas para o ano de 2014 do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente referindo que este orçamento é muito rigoroso, muito realista e que espelha os tempos difíceis que se estão a viver.

Este orçamento, na parte de venda de bens de investimento, está apenas com 26.000,00€, que corresponde às rendas de habitação social. Como todos sabem, na elaboração de um orçamento, monta-se a parte da receita e, em função da receita, prevê-se o que se vai gastar, para que haja um equilíbrio no orçamento. Quando compilamos todos os pedidos, tanto por parte das necessidades das juntas, como dos vários serviços, chegou-se a um desequilíbrio bastante acentuado na despesa. Foi feito um grande esforço por parte dos vereadores para diminuir a despesa relativa às várias áreas que lhes estão adstritas e também aos senhores

presidentes de junta, tendo-se conseguido, assim, um equilíbrio no orçamento. As receitas, relativamente a 2013, sofrem um decréscimo, havendo uma diminuição acentuada nas receitas de capital, principalmente devido à inexistência de candidaturas de Fundos Comunitários, porque estamos no fim do ciclo do QREN. Não há desinvestimento relativamente ao ano anterior. Este orçamento é muito arrojado, pois ainda assim conseguimos promover uma redução do IMI na ordem dos 0,01%, em virtude da preocupação que este executivo tem com as famílias e com as empresas. Mais referiu que vai haver uma quebra efetiva de receita em sede de IMT, das taxas urbanísticas, das transferências provenientes do Orçamento de Estado, dos horários de funcionamento de estabelecimentos, da publicidade e da ocupação da via pública por esplanadas, o que se traduz numa perda grande de receita. Neste contexto difícil, com os custos resultantes das intempéries, ainda assim, olhar para as famílias e conseguir diminuir o IMI, foi um grande esforço de todos.

Relativamente à Esposende Ambiente e à água, que também se reflete nas famílias, o senhor presidente informou que, apesar do aumento do custo da água por parte das Águas do Noroeste, a Esposende Ambiente não irá refletir esse aumento nos consumidores.

Há um grande esforço municipal para ajudar as famílias.

Seguidamente interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, tendo referido o seguinte:

“Neste momento de apreciação da proposta da Câmara Municipal de Esposende sobre os documentos previsionais para o anos de 2014, não posso deixar, nesta Assembleia, e pelo nono ano consecutivo, de lamentar, repudiando, o não cumprimento pela Câmara, enquanto órgão executivo do município, do Estatuto da Oposição, no processo atinente à elaboração das propostas que ora nos são apresentadas.

Trata-se de uma conduta ilegal e reprovável no plano político.

É que a Lei n.º 24/98, de 26 de Maio (Estatuto de Direito da Oposição), no n.º 3 do seu art.º 5º, estabelece que os partidos políticos, representados nas assembleias municipais que não tenham assumido pelouros nas câmaras, têm o “direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade”. Estamos perante um direito de consulta prévia que obriga os detentores do poder a consultar a oposição na elaboração dos orçamentos e opções do plano. Ou seja, não se trata de apresentar as propostas quando estas já foram aprovadas ou estão em vias de ser na Câmara Municipal. É, pois, um direito de consulta prévia com um conteúdo mais amplo. Visando sugestões e contributos da oposição. Omissão que tem configurado, para além do incumprimento da Lei, um flagrante e ostensivo desrespeito pela oposição.

E tudo é mais grave, quando, através de requerimento, solicitei ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para o exercício de tal direito, que procedesse, necessariamente em tempo, no âmbito da elaboração dos documentos previsionais para 2014, à audição prévia da CDU, o que não aconteceu.

Tal comportamento denota, na senda de condutas anteriores da maioria PSD, um autismo político impeditivo de uma vivência plural e da necessária interação de opiniões divergentes. Caem, assim, por terra as palavras de Benjamim Pereira, Presidente desta edilidade, quando em 30 de setembro do corrente ano, no dia seguinte às eleições autárquicas, através da rede social facebook, se dirigiu aos que não conseguiram ganhar nos seguintes termos: “uma palavra para os que não conseguiram ganhar, para que não se sintam tristes ou amargurados. Peço para que deem o seu contributo na oposição, pois uma oposição séria e construtiva

também contribui para melhorar o exercício do poder, com reflexos positivos na vida das pessoas. Chegou a hora de trabalharmos pelo povo de Esposende e de mostrarmos que o exercício dos cargos políticos é uma tarefa nobre e tão digna como outra qualquer.”

Afinal, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Esposende, qual o valor desta sua mensagem, se, no primeiro momento em que nos dirigimos a V.ª Ex.ª, solicitando a nossa audição para nos pronunciarmos e, claro, darmos contributos sobre os documentos mais importante para o nosso concelho, quais sejam os documentos previsionais, V.ª Ex.ª fez orelhas moucas, não se dignando, apesar de legalmente estar vinculado a tal, a ouvir o PCP.

Já agora, Sr. Presidente da Câmara, sendo V. Ex.ª o líder Concelhio do PSD e um dedicado militante deste Partido, seria bom, que relativamente ao Estatuto do Direito da oposição, acolhesse com proveito os ensinamentos dos formadores do PSD, ministrados nos Cursos de Verão e plasmados em brochuras, como aconteceu no Verão de 2013. Está lá tudo muito escorreito e bem explicado. É só pôr em prática. Se não possuir tal brochura ofereço-lhe esta que consultei na internet.

Quanto aos documentos Previsionais (orçamento e grandes opções do plano), os mesmos refletem as malfetorias do Governo PSD/CDS para com o Poder Local e para com as populações. No que concerne ao nosso município, é bem clara a grande redução das receitas advinentes do poder central, desde logo, sendo bem visível o decréscimo das transferências de capital (menos 3.639.195 euros comparativamente a 2013). Mas as malfetorias do Governo acabam também por se fazer sentir na contração da nossa economia local bem patente na receita oriunda de impostos indiretos e das taxas (...), com reduções comparativamente a 2013, respetivamente, de 63.915 euros e 83.090 euros.

Este é o resultado da ação e das medidas políticas de um Governo neoliberal que, aqui, nesta Assembleia, tem contado com o apoio do PSD e do CDS/PP. Não venha Sr. Presidente da Câmara, um ato de verdadeira hipocrisia política, na mensagem justificativa das opções vertidas nos Documentos Previsionais, lamentar-se dos tempos difíceis e conturbados impostos pelo Governo e pela Troika. O Sr. Presidente, o PSD e CDS, todos têm sido solidários, de forma expressa ou velada, com este Governo, embora expendendo, às vezes um ou outro amuo. Esta é a triste realidade que não posso deixar de sinalizar. Por isso, esta Câmara PSD se fosse coerente com o seu argumentário, e nestes tempos difíceis, deveria adotar medidas radicais, com verdadeiro impacto positivo no Orçamento e nas contas do município, de redução da despesa supérflua. Não se compreende, muitos, muitos munícipes não compreendem que o executivo camarário tenha quatro vereadores a tempo inteiro mais o Presidente da Câmara. Mesmo que não vivêssemos no atual contexto de crise, não se justificaria a existência de quatro vereadores a tempo inteiro. Efetivamente num concelho relativamente pequeno no plano demográfico e territorial, afigurar-se-ia sempre excessivo esse número de vereadores com pelouros e a tempo inteiro. Ademais, num contexto em que pontificam duas empresas municipais que, no fundo, prosseguem atribuições do município em áreas fundamentais, quais sejam as áreas do ambiente, saneamento básico, fornecimento de água em baixa, desporto, lazer e tempos livres, entre outras, menos se justifica o tal número de vereadores. No fundo, temos um município com 5 titulares de órgãos autárquicos (executivo municipal) a tempo inteiro. Tudo isto se afigura excessivo, tudo isto não se justifica. Na nossa perspetiva, na perspetiva do PCP, deveriam existir, apenas, dois vereadores, com pelouros, a tempo inteiro, mais o presidente da Câmara. Desta forma, no final do mandato obter-se-iam reduções de despesa próximas dos duzentos mil euros, dinheiro que poderia ser canalizado para a

prosecução de outras atribuições do município, para outros fins, desde logo para a cultura, para a educação, para o fomento da atividade económica.

Importa ainda sublinhar que a Câmara, mais uma vez, e apesar da crise, inscreve uma dotação de 274 mil euros para estudos, projetos e pareceres. Muito dinheiro, Srs., muito dinheiro. Da mesma forma, é excessiva a previsão da despesa com pessoal em regime de tarefa ou avença (138.230.00). Pelo contrário continua a mingua para aquisições bibliográficas (2.500.00). Mais estranha é a dotação para a construção do posto náutico da Associação Rio Neiva (100.00). Pergunto ao senhor Presidente o que é possível fazer com este montante, quando está em causa a construção de um posto náutico?

Feita a análise das áreas de intervenção, é mais do mesmo. Há intenções, projetos que se repetem. Alguns, sem qualquer conteúdo ou alcance visível, meras abordagens, muito na lógica da mera enunciação para encher papel e constar. Refiro, em jeito de exemplo, a participação nos projetos da Associação Internacional das Cidades Educadoras. O que se tem feito nesse âmbito? O que tencionam fazer?

E o prémio Rodrigues Sampaio, tantas vezes anunciado, sempre a constar das áreas de intervenção e sempre esquecido?

No que concerne às despesas de capital é bem certo que vamos ter um concelho parado. Os dados deste orçamento apontam nesse sentido. Refere o Sr. Presidente que elegeram o desenvolvimento económico do concelho, atendendo à extrema necessidade de criar emprego para a nossa população.

Sim, estamos de acordo, mas como vai operacionalizar essa intencionalidade?

Não vislumbramos nestes documentos dados que deem resposta a tal desiderato.

Estamos, pois, perante um orçamento que, nas linhas estruturantes, se inspira nas conceções orientadoras do Orçamento de Estado: empolamento de despesa supérflua, contração da despesa fundamental nas áreas estruturantes para o desenvolvimento e progresso, um orçamento esvaído de receitas de capital (menos 4.303.480.00), um orçamento prenhe de lugares comuns, repetitivo no que tange às áreas de intervenção, um orçamento sem réstia de esperança para os Esposendenses."

Usou seguidamente da palavra Orlando Rua, do Grupo Político do PS, com a seguinte intervenção:

"O grupo político municipal do PS pugnará pela defesa de políticas, ações e medidas que contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento económico e social do Município de Esposende, indo ao encontro das linhas programáticas defendidas na sua campanha eleitoral para as autárquicas.

É com este espírito de missão que partimos para a análise dos documentos previsionais submetidos a esta Assembleia pelo Executivo Municipal, para que o município conte com documentos estratégicos com pressupostos e objetivos credíveis, ao serviço dos esposendenses. Referia o senhor Presidente da Câmara Municipal em entrevista proferida ao Jornal de Notícias, após a sua tomada de posse, que "chegou a hora de desenvolver a economia da região" (sic), sendo que o eixo estratégico para os próximos quatro anos passariam pela aposta no turismo, agricultura, pesca, comércio e indústria, enfatizando que "É a prioridade. É um esforço que urge e concentrada com os desígnios do país e da Europa. Será materializada através do novo quadro comunitário de apoio 2014/2020", não expurgando que quer aproveitar "ao máximo" (sic) o facto de ser da mesma cor do Governo.

Pois bem, vamos então analisar se tão entusiasta discurso é consubstanciado pelo Executivo Municipal nos documentos previsionais das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, com vista a alcançar tão nobres desideratos nas funções económicas destacadas.

A criação de riqueza que conduz ao aumento do produto municipal, permitindo a criação de empresas, de emprego e melhoria do bem-estar da população, somente é alcançada por via da concretização de investimento público e/ou privado. Pela análise quer ao Plano Plurianual de Investimento, quer do Orçamento apresentados pelo Executivo Municipal, prevê-se um decréscimo de 46% das despesas de capital referentes à aquisição de bens de capital (ou seja, de investimento) face a 2013, assumindo para 2014 um peso de somente 22% do orçamento municipal. Ficamos assim a saber que a economia local não será seguramente alavancada por investimento público local. A alavancagem por via do investimento privado, designadamente provindo das empresas, também não será exetável, pois em ambiente de elevada incerteza e risco estas optam por cenários de investimento mais conservadores e restritivos.

Atendamos agora à qualidade do investimento que a Câmara Municipal se propõe realizar. Vejamos assim as prioridades tão calorosamente destacadas pelo Executivo Municipal no que respeita às funções económicas destacadas:

- *Turismo: 102.600,00€, relativamente ao parque temático dos moinhos da Abelheira, centro de informação turística e valorização do Albergue do Peregrino, representando 2,3% do investimento total;*
- *Agricultura: 100,00€, relativamente à infraestruturação de caminhos agrícolas e acessos rurais, representando um valor próximo de 0,0% do investimento total;*
- *Pesca: 242.200,00€, relativamente às artes de pesca, representando 5,5% do investimento total, dos quais 218.000,00€ não têm ainda definido a respetiva fonte de financiamento;*
- *Comércio: 100,00€, relativamente à requalificação do mercado municipal, representando também um valor próximo de 0,0% do investimento total;*
- *Indústria e energia: 204.640,00€, relativamente a ramais e equipamentos de iluminação pública e a candidatura POVT – Mais eficiência na Iluminação Pública do Cávado, representando 4,6% do investimento total.*

Mesmo considerando e crescendo as verbas inscritas em sede de plano de atividades não chegaremos a níveis satisfatórios e alavancagem destes setores económicos, o que nos deixa reticentes relativamente aos desígnios supra definidos pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

A Autarquia prevê gastar em termos orçamentais, a título de despesa corrente, cerca de 850.000€ somando pessoal em regime de avença de tarefa ou avença, estudos, pareceres, projetos e consultadoria e outros trabalhos especializados. Certos da necessidade de algumas destas despesas, o grosso é dispensável, puro desperdício de recursos. A Câmara Municipal tem recursos humanos qualificados e suficientes para assegurar a maioria destes serviços, reduzam-se assim os mesmos ao estritamente necessário, para depois aplicar, por exemplo, em investimento nas funções económicas anteriormente referidas.

Senhor Presidente da Câmara Municipal:

- Como quer “manter um ritmo de investimento considerável, ainda que assente num projeto diferente...” (sic)? Quando aposta isso sim na continuidade, a qual aparece bem vincada nas atividades a desenvolver pelo município: “continuaremos a...”; “daremos continuidade a...”. O Município de Esposende para diferenciar-se dos seus congéneres necessita de empreender e

inovar de forma criativa, ter orientação empreendedora, e não de apostar em fórmulas esgotadas e obsoletas, com vista a promover a criação de riqueza, de empresas e de emprego. Falemos agora de ação social.

Refere ainda o senhor Presidente da Câmara Municipal, na mensagem introdutória dos documentos previsionais, que a "... vertente social ... se torna fundamental de modo a poder atender aos mais desprotegidos, designadamente crianças, jovens, idosos e desempregados...", não poderia o nosso grupo político estar mais de acordo com V. Ex.a. Contudo, discordamos da forma como tal é operacionalizado nos planos contemplando somente 5% para ação social.

Neste âmbito, urge esclarecer algumas dúvidas e questões relacionadas com projetos específicos:

Plano de Desenvolvimento Social:

- Este plano não foi já revisto e apresentado às instituições sociais concelhias?

Programa de Emergência Social: este programa consta do plano de atividades de 2013, ainda em vigência, não tendo sido executado.

- Quais as razões que levaram à sua não execução?

- Quais, afinal, as medidas concretas preconizadas que serão objeto de concretização?

Ora num período de forte convulsão e depressão social, no qual este Governo tem aplicado sucessivos e brutais aumentos de impostos, 2014 será o anus horribilis, continuando a subtrair rendimentos a trabalhadores, pensionistas e reformados, bem como às empresas, com consequências desastrosas para a nossa economia, deve a Câmara Municipal, na medida das suas possibilidades, assumir-se como a almofada para amparar esta queda livre a que vimos assistindo, para assim mitigar, suavizando, o impacto da atuação do executivo central e não o contrário.

Neste contexto, a taxa proposta para o IMI, que com as recentes avaliações permitirá aumentar a receita da Câmara Municipal em 8% neste imposto direto face a 2013, torna-se inoportável para muitas das famílias esposendenses, razão pela qual entendemos que uma ambiciosa redução nesta taxa relativa a prédios urbanos avaliados ao abrigo do CIMI seria de avançar, sem que tal venha a comprometer a performance económica e financeira do município.

Opta o Executivo Municipal por inscrever em plano, no Plano Plurianual de Investimento, projetos com dotação orçamental de, 100,00€, revelando tal uma inconsistência e uma ausência de planeamento estratégico. Senhor Presidente da Câmara Municipal, sabemos que muitos desses projetos não verão a luz do dia, não serão, portanto, concretizados. Diga-nos afinal, quais as suas prioridades para o concelho? Baseadas em que estratégias? A sua praxis deve ser coerente com o seu discurso, sendo que são os próprios documentos previsionais submetidos a esta Assembleia que confirmam assim a incoerência entre ambos!

Existem, pois, outras alternativas para devolver a esperança aos esposendenses e construir um concelho mais coeso e solidário, mais justo, onde não fique ninguém para trás. Nesse sentido e apesar das considerações tecidas, daremos com a nossa abstenção um sinal de que queremos contribuir para a solução e não para o problema, aguardando que algumas das propostas efetuadas por este grupo político possam ser consideradas para o futuro."

Usou seguidamente da palavra Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, com a seguinte intervenção:

“ O Executivo Municipal traz hoje a esta Assembleia Municipal os Documentos Previsionais para o Ano de 2014 nomeadamente o Orçamento, num valor de 17.4 milhões de euros, e as Grandes Opções do Plano. São, sem dúvida, a base de trabalho do município esposendense, do seu executivo, e, por isso, merecem-nos a melhor atenção, tendo consciência plena de que se trata de documentos previsionais passíveis de ajustes ao longo do ano.

Todos sabemos que foram elaborados de forma rápida, mas responsável, uma vez que estamos a sair de um período de eleições autárquicas com mudança de Presidente e ainda porque se enquadram numa difícil conjuntura económica e financeira do país, das regiões e dos municípios. Este Plano e Orçamento exigiram do Executivo rigor e disciplina. É, assim, um Plano e Orçamento de contenção mas, em simultâneo, reflete a vontade inequívoca da maioria do Executivo Municipal em prosseguir – mesmo em contra-ciclo nacional – com o desenvolvimento integral do concelho, com incidência para a área económica sem que outras áreas, como a social, fossem descuradas.

As receitas do Município sentiram uma quebra muito grande, no IMT, publicidade e taxas urbanísticas. O poder central mais não tem feito do que cortar às transferências para o Poder Local. Mesmo assim a Autarquia baixou grande parte dos impostos municipais, nomeadamente o IMI, como forma de apoio às famílias e às empresas não é apresentada qualquer derrama. Constata-se que é propósito do Executivo continuar a ter um município com boa sustentabilidade e equilíbrio financeiro.

É nossa convicção que estes Documentos Previsionais vão receber a aprovação de todos os senhores Deputados desta Assembleia e dizemos isto porque ouvimos ao longo da última campanha eleitoral o PS, o CDS/PP e a CDU a apelarem para que o Executivo que saísse vencedor destas eleições fosse comedido, rigoroso e objetivo quanto aos instrumentos de gestão camarária.

Senhores Deputados, estamos perante o cumprimento destas três condições e, por isso mesmo, apelamos à vossa consciência e ao vosso sentido de responsabilidade, aprovando o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2014.”

Seguidamente usou da palavra Artur Viana, do Grupo Político do CDS/PP, com uma intervenção com o seguinte teor:

Este é um documento de difícil elaboração, face às circunstâncias económicas locais e nacionais. Não vou debater números, pois todos sabemos que os números são escassos e complexos de ouvir. No entanto e valorizando o trabalho feito pelo executivo, tenho algumas questões que gostava de ver clarificadas, em particular nas áreas de intervenção, com algumas dúvidas de como se vai fazer esta aplicação nas áreas de intervenção.

Na área da administração geral é do meu agrado ver que se vão reforçar as negociações com o Ministério da Defesa com vista à aquisição da Estação Radionaval e ao Forte de S. João Batista, gostaria de saber se já existe um objetivo em concreto nas negociações e que uso se pretende dar aos edifícios.

Ainda nesta área é feita uma análise a vários planos de urbanização, nomeadamente a variante de Apúlia, ciclovia, zona ribeirinha, existe uma lacuna sobre a variante sul de Fão, não é referida, não sei se já existe um projeto, considero uma obra urgente face ao turismo e face ao escoamento do trânsito na zona de Ofir, que considero atualmente a zona com mais expressão turística. Considero uma obra urgente de executar, e gostaria de saber qual o ponto de situação em termos de projeto desta obra.

É referido também na área do saneamento que procederam a novas redes de drenagem de águas pluviais. Já foi falado sobre a rede hídrica. Vimos o que aconteceu recentemente mas infelizmente não acontece só uma vez, estas situações são cíclicas, a última foi há 12 anos, mas podemos ter outra com um intervalo de tempo de meses, e se temos experiência do que aconteceu, porque é que já não houve uma intervenção e falo em concreto da Rua Vasco da Gama, pois sabemos que as condutas não têm capacidade e já tivemos tempo de pensar e agir. Relativamente à posição da indústria e energia, foi um apostar na criação de novas potencialidades e emprego, não podemos avançar com ideologias de desenvolvimento se não captarmos pessoas, isso passa pela criação de emprego.

Quanto à criação de indústria é importante saber a forma como se vai cativar, criar atrativos, pois nas zonas industriais os terrenos são caros, se queremos empresas com potencial para criar emprego, temos que criar condições atrativas. Verifico que a Câmara tem intenções de adquirir terrenos, gostaria de saber como vai ser feito e em que condições.

Outra questão que queria colocar tem a ver com o turismo. O turismo é uma área forte em Esposende e as rubricas que aparecem são um pouco o que foi feito nos últimos anos. Temos uma forte vertente turística e não temos resultados económicos diretos da aposta no turismo. Esposende está bonito para quem vem de fora, mas quem vem de fora vem apenas passear, não traz retorno em termos económicos, que considero ser um turismo banhear.

Não vejo a venda da imagem de Esposende fora da região e do país e assim atrair turistas e não banhistas. Isto é importante pois vais dinamizar a economia do concelho.

Quanto à proteção do ambiente e conservação da natureza, há um ponto que me chamou a atenção, “continuaremos disponíveis para a celebração de um acordo de parceria com o Instituto Portuário dos Transportes Marítimos para a dragagem da doca pesca e da marina de recreio”, se em parte louvei o que disse atrás relativamente ao reforço das negociações com o Ministério da Defesa, parece-me que neste caso está a haver muita apatia. Podemos fazer uma pressão maior para obter resultados positivos para os nossos pescadores. São promessas que se fazem com um resultado igual a zero, em termos de ação em relação à doca de pesca considero que temos que ser mais pró-ativos e não ficar apenas “disponíveis para”, isso é o que se tem feito e o resultado está à vista.

Estas são algumas das questões que gostaria de saber e ver esclarecidas.

De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais. Em resposta ao Dr. Carvoeiro, referiu que, relativamente às transferências do Estado trata-se de uma questão técnica. As transferências do Estado eram de 60% na parte de receitas correntes e de 40% nas receitas de capital, entretanto e bem no meu entender passam a ser de 80% de na parte de receitas correntes e de 20% nas receitas de capital, daí que se denote diminuição das receitas de capital. Relativamente à abertura de rubricas, é certo que se as rubricas não estiverem abertas, tecnicamente é complicado. Mais referiu que algumas rubricas foram abertas com 100€ como podia ser com outro valor qualquer, é um valor residual na certeza de que irão ser carregadas essas rubricas logo que se possa, pois vai haver um superavit relativamente ao exercício do presente ano.

Quanto à intervenção do Dr. Orlando Rua referiu, o senhor Presidente referiu que também tem preocupações sociais, a câmara pretende ajudar as famílias, as pessoas, mas nunca pondo em risco a sustentabilidade financeira do município, tendo também referido que este é um orçamento de continuidade.

Relativamente ao desenvolvimento económico, estamos perante um novo quadro comunitário de apoio, o que temos que fazer é finalizar o que está em obra e aguardar pelo novo quadro comunitário de apoio para o que temos previsto.

Quanto ao número de vereadores, é igual ao número do mandato anterior, é por algum motivo que Esposende está no topo em muitos fatores. Referiu que considera o número de vereadores ajustado às atribuições do município. Este município está nos 80 maiores do país sendo que no verão a população de Esposende triplica.

Mais referiu que a questão social não está só presente na rubrica social, existem muitas coisas na Educação que são da vertente social, vai haver um programa de empréstimo de livros, manuais escolares, transporte, bolsas de estudo, cantinas escolares, são tudo questões sociais. Não podemos analisar apenas a rubrica em si.

Relativamente ao turismo, no ano passado a verba era diferente, pois no ano passado havia o centro de informação turística, que era uma verba que estava no orçamento e como a obra já está terminada, obviamente já não consta este ano no orçamento. Mais referiu que o CIT é um local de excelência para a divulgação do concelho, houve um salto qualitativo no turismo na divulgação do destino com a abertura deste equipamento, sendo que este é uma rede de informação que extravasa o âmbito local.

Relativamente ao Ministério da Defesa, ao Forte de S. João Batista e da Estação Rádio Naval de Apúlia, o senhor Presidente referiu que há uma proposta em cima da mesa e só se avançará para essa proposta quando houver um fim concreto a dar aos imóveis, sendo que serão sempre para fins de interesse público.

Quanto à variante sul de Fão, o senhor Presidente referiu que não há financiamento para essa obra, bem como não há financiamento para a variante norte de Apúlia, nem para a variante nascente da cidade. No entanto, não se desistiu do projeto da Variante Sul de Fão, que faz efetivamente muita falta e, no próximo quadro comunitário de apoio vai tentar fazer essa obra. Quanto às águas pluviais, as verbas que estão consignadas são para fazer as obras sendo a responsabilidade, neste momento, da Esposende Ambiente.

Quanto ao emprego, o senhor Presidente referiu que é uma preocupação, no entanto, ainda se está no arranque de um ciclo autárquico e na iminência de um novo quadro comunitário de apoio sendo que está a ser feito um planeamento nessa matéria.

Quanto ao possível acordo de parceria com o Instituto Portuário dos Transportes Marítimos para a drenagem da doca de pesca e da marina de recreio, o senhor Presidente referiu que quem vai fazer a dragagem é o município, se estivesse à espera de apoio do Estado nunca mais seria feito, pois já se esperou dez anos e nada foi feito. Há um conjunto de análises favoráveis e vão ser solicitados pareceres junto das entidades competentes para o município avançar para a contratação. A intervenção na restinga vai avançar pela Polis em meados de Março e prevê-se que até ao final do ano, o problema esteja resolvido.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP, 2 membros Independentes e 2 membros do Grupo Político do PS, num total de 24. Votou contra 1 membro do Grupo Político do PCP. Abstiveram-se 5 membros do Grupo Político do PS. -----

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira do senhor presidente da União de Freguesia de Apúlia e Fão com o seguinte teor: Votei a favor, contrariando a minha própria bancada, não apenas para dar o benefício da dúvida mas também mostrar-me disponível para trabalhar em conjunto e para o bem das freguesias que represento.

Não posso deixar de referir que neste momento represento sete mil habitantes do concelho de Esposende, e esses devem ser respeitados.

Peço ao senhor Presidente que haja transparência em todo esse domínio. Fui surpreendido há pouco tempo, quando eu julgava que havia um apoio claro da Câmara Municipal na festa da cerveja e do marisco, com duas faturas de água, uma de 2010 e outra de 2011 da festa do marisco. Estava a contar com esse apoio e acabo por ser surpreendido. Acabei por rejeitar as faturas porque sempre pensei que havia um apoio claro, e portanto é este tipo de atitudes que eu não gostaria de ver acontecer, gostaria de houvesse transparência, e quando digo transparência é que há outro tipo de atividades que se desenvolvem no concelho e espero que sejam tratadas da mesma forma que a festa do marisco e neste caso as das minhas freguesias Apúlia e Fão.

Quanto ao resto, o que me preocupa são as infraestruturas que estão previstas no plano de atividades, que sejam executadas porque são importantes para o desenvolvimento das freguesias. Portanto, e se assim for só tenho uma posição que é colaborar com a Câmara Municipal, que certamente também irá colaborar connosco.

E a segunda pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses com o seguinte teor:

Votei a favor do orçamento, embora Gemeses seja uma freguesia pequena mas, na sequência da conversa que tive com o senhor Presidente e atendendo a que Gemeses foi das freguesias mais afetadas, tenho expectativas que a mesma volte à normalidade o mais rápido possível. Manifesto-me disponível para colaborar com a Câmara Municipal e também para ser ajudado pela mesma, até porque sou novo nestas funções

A minha intervenção também se prende com a Esposende Ambiente e que me deixou preocupado. Mal cheguei à junta, recebi uma notificação da Esposende Ambiente referente à Barca do Lago, obviamente que a Barca do Lago não serve apenas pessoas de Gemeses, servindo até mais pessoas externas, no apoio a atividades. Considero que não houve uma fiscalização mas sim uma denúncia pois a ligação tem muito tempo e nunca houve problemas. Se a Esposende Ambiente entender que tem que colocar um contador, vamos fechar as instalações. Faço um apelo para que as coisas sejam feitas e resolvidas de outra maneira.

02.12. - TMDP – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 21 de novembro de 2013, solicita à Assembleia Municipal que fixe a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2014. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM FIXAR EM 0.25% A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE

PASSAGEM A APLICAR EM 2014. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP e 2 membros Independentes, num total de 22. Absteram-se 7 membros do Grupo Político do PS. Votou contra o membro do Grupo Político do PCP. -----

02.13. - IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 21 de novembro de 2013 solicita à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014, relativa aos Prédios Urbanos em 0,7%, Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI em 0,34%. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR AS TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2014 EM 0,7% PARA OS PRÉDIOS URBANOS E EM 0,34% PARA OS PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIMI. -----

Foi proferida uma declaração de voto, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“Tem sido apanágio dos executivos do PSD, ao nível do seu marketing político, referir-se ultimamente e variadas vezes ao equilíbrio económico e financeiro das contas municipais. Congratulámo-nos com tal situação; mas presumindo e tomando como boa essa realidade, construída pelo próprio PSD, e atendendo ao descalabro governativo deste Governo de direita, que quis ir “para além da troika”, transformando o programa de ajustamento, num programa de empobrecimento dos portugueses, ou melhor dizendo, no seu programa eleitoral e doutrinário, não seria a altura de o poder local dar sinais claros do seu apoio aos municípios, mitigando as suas dificuldades, desonerando-os, para que possam aumentar o seu tímido poder de compra, ou servindo de almofada a tão exigentes e injustos cortes dos seus rendimentos?”

O Grupo do PS, nesta Assembleia, considera que a redução em 0,01% dos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, apesar de positiva, é claramente insuficiente para a prossecução do objetivo a que o próprio Executivo Municipal se propõe: “... desagravar os encargos das famílias” (sic), sendo que no caso vertente o mesmo será dizer desagravar residualmente...

Contudo, consideramos que não podemos ser indiferentes a esta redução, deixando claro que defendemos e continuaremos a defender uma redução mais efectiva, para fazer convergir esta taxa para o mínimo legal possível, 0.3%.

Porque se trata de uma descida em relação a anos anteriores, o PS vota favoravelmente a proposta.”

02.14. - OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR ESPLANADAS, MESAS, CADEIRAS E OUTROS – ANO DE 2014 – PROPOSTA DE REDUÇÃO. -----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 21 de novembro de 2013 solicita à Assembleia Municipal autorização para aplicar durante o ano de 2014, uma redução de 50% do seu valor na ocupação da via pública por esplanadas, mesas, cadeiras e outros, nos termos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 12º da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, na versão atualizada. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2014 UMA REDUÇÃO DE 50% DO SEU VALOR NA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR ESPLANADAS, MESAS, CADEIRAS E OUTROS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 2 E 3 DO ARTIGO 12º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, NA VERSÃO ATUALIZADA. -----

02.15. - PROCESSO N.º 485/2007 – RUI MANUEL CARVALHO CORREA OLIVEIRA – QUINTA DE BELINHO – FREGUESIA DE ANTAS – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 07 de novembro de 2013 solicita à Assembleia Municipal para que esta delibere no sentido de declarar interesse municipal. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, DECLARAR O INTERESSE MUNICIPAL DO EQUIPAMENTO EM APREÇO. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, num total de 20 votos. Votaram contra 7 membros do Grupo Político do PS, 1 membro do Grupo Político do PCP, num total de 8 votos. Abstiveram-se 2 membros do Grupo Político do CDS-PP. -----

Foram proferidas quatro declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“ O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal votou a favor da Declaração de Interesse Municipal do Projeto Espaço de Eventos da Quinta de Belinho pelas seguintes razões:

1 – O espaço/edifício a destinar a este projeto na Quinta de Belinho já existe há dezenas e dezenas de anos pois aí funcionavam o picadeiro e as cavalariças desta interessante quinta quinhentista;

2 – Pese embora localizado em espaço RAN não se está a pedir autorização para se construir mas sim para que seja autorizada a mudança do uso num espaço já existente, certamente muito antes da existência da RAN;

3 – Esta Assembleia Municipal já em 26 de fevereiro de 2009 deliberou aprovar tal petição não se tendo alterado, em nada, os pressupostos então apresentados;

4 – Não compreendemos a declaração de voto do senhor Vereador João Nunes, agora Vereador, então Deputado nesta Assembleia, que afirma, para nosso espanto, que se então votou contra, e por coerência, votaria de novo contra, não admitindo que alterar o sentido de votação ao fim de alguns anos pode ser, e deve ser entendido como uma atitude de maior

reflexão e amadurecimento político;

5 – Somos de opinião, ao contrário da então declaração de voto do PS que, tal como a construção de qualquer unidade hoteleira – também particular – também esta vem trazer valor acrescentado para o nosso município.

Por todas estas razões, como já dissemos, votaremos favoravelmente à proposta apresentada.”

A segunda, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“Votamos contra porque não vislumbramos interesse público municipal no processo em apreço, vislumbramos isso sim interesse privado.

O requerente pretende criar um “espaço de eventos”, que ironicamente já existe de forma informal, o qual na nossa opinião não contribuirá para a criação de uma oferta turística local diferenciada.

Aprovar este ponto da ordem de trabalhos será pois banalizar a figura do interesse público municipal, ficando o ónus em quem o fizer.”

A terceira, pelo Grupo Político do PCP, que tem o seguinte teor:

Na linha do que disse sobre este assunto em 2009, votar favoravelmente abre um precedente, concordo com as razões apresentadas pelo PS, sendo um interesse particular.

A Quarta, pelo Grupo Político do CDS/PP, que tem o seguinte teor:

A abstenção do CDS deve-se às dúvidas sobre a utilidade pública. A criação de emprego sugere dúvidas pois o tipo de atividades remete sempre para empresa de catering.

Extra-Agenda:

02.16 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FORJÃES – PLANO E CRONOGRAMA FINANCEIRO ACTUALIZADOS – PROPOSTA: -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 29 de novembro de 2013 solicita à Assembleia Municipal autorização para assunção da despesa para o ano de 2014 relativa à empreitada para a construção do Centro Escolar de Forjães. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO E CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À CÂMARA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DA DESPESA PARA 2014 RELATIVA À EMPREITADA PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FORJÃES. -----

03 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

Usou da palavra o senhor Guedes Vaz que questionou quando será resolvido o problema da drenagem de águas pluviais na Rua Serpa Pinto, pois o anterior presidente prometeu que esse assunto ia ser tratado, fez a promessa mas nunca cumpriu.

Seguidamente usou da palavra o senhor Laurentino Regado que dado que é a primeira Assembleia ordinária Municipal aproveitou para dar os parabéns aos Deputados eleitos, ao Presidente da Câmara, aos Vereadores e aos Presidentes de Junta pela eleição.

Colocou três questões ao senhor Presidente:

1 – Se é ou não devido à Lei que os membros do Conselho de Administração das empresas municipais deixaram de receber as senhas de presença?

2 – Se consegue dizer se as ligações de saneamento que vão baixar para 75€, são aquelas que se pagavam 400 e tal euros.

3 - Quanto à questão do número de funcionários da Câmara por mil habitantes, questionou o senhor Presidente, se estão incluídos os funcionários das empresas municipais nesse rácio.

E também relativamente ao orgulho que demonstrou da balança comercial, referiu que a última vez em que houve uma balança comercial positiva, os portugueses passavam muita fome e havia muita miséria em Portugal.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente que, sobre a intervenção do senhor Guedes Vaz, referiu que já disse o que tinha a dizer sobre essa matéria, não sendo conhecedor dessa situação. Mais referiu que não é correto colocar nomes de pessoas que não estão presentes e não se podem defender.

Referiu ainda que neste momento o assunto já lhe foi remetido e há uma preocupação com as pessoas que vivem naquela rua. A situação vai ser analisada e vai ter uma resposta, embora possa não ser positiva, pois tem que se aferir a dimensão do problema em concreto. O senhor Presidente informou que já está a ser dado andamento ao processo, com vista à resolução do problema.

Continuando no uso da palavra e relativamente às questões colocadas pelo senhor Laurentino Regado, o senhor Presidente referiu que quanto às senhas de presença da Esposende Ambiente por exemplo, que tem um volume de negócios superior a 5 milhões de euros, poderia haver dois administradores pagos não pertencentes aos quadros e neste momento apenas há um, como tal, não decorre da Lei. No caso da Esposende 2000, só um administrador pode ser pago, poderia haver um segundo com senhas de presença, mas como são dois vereadores, isso não acontece.

Relativamente às ligações de saneamento, uma coisa é uma ligação de saneamento que passa em frente ao imóvel e outra coisa é ter que puxar por vezes um ramal com uma dimensão de 20 metros, são coisas completamente diferentes. Isso, naturalmente faz variar o custo da ligação, pois existem trabalhos acrescidos. Há uma obrigação por parte da empresa em fazer essas puxadas até 20 metros, de acordo com a nova lei, mas o valor é variável conforme os trabalhos que tiver que fazer. Fazer uma tubagem de 20 metros por 75€ seria a insustentabilidade da empresa. Há uma ligação direta entre a dimensão do ramal que é feito e o custo dessa operação. Relativamente ao número de funcionários das empresas municipais, quem fez o estudo foi uma entidade autónoma, o que foi referido é que a Câmara Municipal é exatamente igual às outras Câmaras que também têm empresas municipais, e o que contou para Esposende, contou para os outros Municípios.

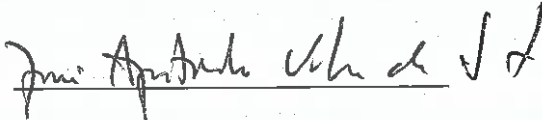
Por fim, o senhor Presidente agradeceu as questões colocadas e o esforço que todos fizeram para estarem presentes até aquela hora.

-- Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em

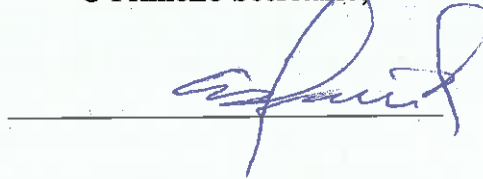
minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo duas horas e trinta minutos do dia 30 de novembro de 2013, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

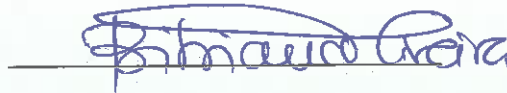
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



ATA

N.º 08/2013

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
29 de novembro de 2013**

